

EDUCAÇÃO INTEGRAL EM PAUTA: “A ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL OU QUE VISE UMA FORMAÇÃO INTEGRAL É UMA POSSIBILIDADE PARA A MELHORIA DO ENSINO NO BRASIL”: ENTREVISTA COM ROMUALDO PORTELA DE OLIVEIRA

***INTEGRAL EDUCATION: “A FULL-TIME SCHOOL OR ONE THAT AIMS AN INTEGRAL FORMATION IS A POSSIBILITY FOR THE IMPROVEMENT OF TEACHING IN BRAZIL”:
AN INTERVIEW WITH ROMUALDO PORTELA DE OLIVEIRA***

PROGRAMA DE EDUCACIÓN INTEGRAL: “LA ESCUELA A TIEMPO COMPLETO, O PARA UNA FORMACIÓN INTEGRAL, ES UNA POSIBILIDAD PARA LA MEJORA DE LA ENSEÑANZA EN BRASIL”: ENTREVISTA CON ROMUALDO PORTELA DE OLIVEIRA

Camila Arelaro Caetano

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – São Paulo – Brasil. E-mail: camila.arelaro@gmail.com



Educação: Teoria e Prática, Rio Claro, SP, Brasil - eISSN: 1981-8106

Está licenciada sob [Licença Creative Common](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Resumo

A educação integral tem sido foco de discussões políticas em segmentos diversos no contexto da educação brasileira, com especial destaque para produções acadêmicas que consideram o

diálogo profícuo entre as políticas públicas e experiências educativas. Na entrevista apresentada, o professor Romualdo Portela de Oliveira atualiza o cenário das políticas em educação integral e aponta para uma perspectiva das possibilidades reais, diante das políticas nacionais, na ampliação das ações em relação à implementação de uma escola de educação integral no Brasil.

Palavras-chave: Educação Integral. Educação em Tempo Integral. Política Educacional.

Abstract

Integral education has been the focus of political discussions in diverse segments within the context of Brazilian education, with special emphasis on academic productions that consider the fruitful dialogue between public policies and educational experiences. In the interview presented, Professor Romualdo Portela de Oliveira updates the scenario of integral education policies and points to a perspective of the real possibilities, in front of the national policies, of the expansion of the actions in relation to the implementation of a integral education school in Brazil.

Keywords: *Integral Education. Full-time Education. Educational Politics.*

Resumen

La formación integral ha sido el foco de las discusiones políticas en varios segmentos en el contexto de la educación brasileña, especialmente producciones académicas que consideran fructífero el diálogo entre políticas públicas y experiencias educativas. En la entrevista presentada, el profesor Romualdo Portela de Oliveira actualiza el conjunto de las políticas de educación integral y apunta a una perspectiva de posibilidades reales, frente a las políticas nacionales, en la expansión de las acciones hacia la implementación de una escuela de educación integral en Brasil.

Palabras clave: *Educación integral. Educación a tiempo completo. Política educativa.*

Apresentação

O Professor Romualdo Portela de Oliveira é Doutor em Educação. É professor titular no Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Atualmente, é representante da área da Educação na Capes. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Política Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas educacionais, financiamento da educação, avaliação educacional,

administração escolar e direito à educação. É pesquisador 1D do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Email: romualdo@usp.br.

A ENTREVISTA

Sabemos que a escola de tempo integral e de educação integral, hoje em debate no Brasil, são concepções diferentes. Qual é sua posição sobre este tema?¹

Prof. Romualdo: Acho que originalmente a motivação de ampliação da jornada esteve associada a ideia de que era necessário aumentar o tempo de instrução. Porque nós temos, por meio de pesquisas internacionais que comparam o Brasil com outros países e aí, notadamente, o estudo do Carnoy² que compara Cuba, Chile, Brasil, que tempo de instrução no Brasil é menor do que em outros países. E também comparações simples do tempo da jornada escolar no Brasil, com outros países, é menor. Portanto, acho que uma parte da inspiração inicial para a escola de tempo integral vem do diagnóstico de que o tempo de instrução no Brasil é menor que em outros países e que deveria ser aumentado. Agora, há outra concepção que é a de educação integral ela parte de uma concepção de formação que, com mais tempo, você teria condições de proporcionar uma formação mais completa, mais ampla e nesse sentido uma formação integral. O que incluiria além da ampliação da jornada escolar, para fazer o que se faz atualmente na escola, a introdução de novas linguagens, novas temáticas, que não são trabalhadas ou não são objeto da escola de tempo parcial. Então, me parece que ainda que as origens de determinadas posições a respeito da jornada escolar, sejam diversas, elas confluem na seguinte ideia: para se obter uma formação integral é necessário ampliar a jornada, ou seja, chegar a uma escola de jornada integral. E, portanto, eu acho que muitas vezes, é necessário se explicitar que se deseja uma escola de tempo integral ou uma escola integral de tempo integral. Que expressaria bem o que se demanda.

Você acredita que a educação integral é uma solução para a melhoria de qualidade de ensino no Brasil?

Prof. Romualdo: Eu acho que a escola de tempo integral ou que vise uma formação integral, é uma possibilidade. Em termos teóricos, ela é capaz de responder aos desafios atualmente

¹ A entrevista com o Prof. Romualdo Portela de Oliveira foi articulada, realizada e transcrita por Camila Arelaro Caetano.

² Martin Carnoy, professor titular da Faculdade de Educação da Universidade de Stanford. Perfil disponível em: <<https://goo.gl/2DeMKS>>.

colocados pelo debate da melhoria da qualidade da educação. Agora, para que isso seja possível, é necessário que exista um processo de implementação de uma política de formação integral. O que implica pensar em uma mudança na concepção de currículo. Por exemplo, eu não posso imaginar que eu vou conseguir uma formação integral ampliando a jornada e mantendo os parâmetros curriculares atuais, ou seja, ampliar a jornada com o que se faz atualmente em escolas de tempo parcial, seria um desastre. Porque, obviamente, nós teríamos uma ampliação de programas de indisciplina, de não aprendizado etc. Por outro lado, é um desafio para a escola enfrentar a questão da formação integral e incorporar novas temáticas, novas linguagens e, inclusive, novas linguagens para as temáticas atualmente trabalhadas. Ou seja, implicaria num esforço da escola e do sistema educacional de interagir mais com a população usuária e desenvolver um currículo capaz de propiciar uma formação integral e que seja capaz, também, de enfrentar o problema da motivação dos alunos.

Que pré-condições precisaríamos para viabilizá-la? (Em relação à escola, ao aluno e ao professor...)

Prof. Romualdo: Eu acho que a primeira condição a ser viabilizada são as condições materiais. Em primeiro lugar, você pensar que você vai precisar ter professores devidamente qualificados para permanecer, para garantir o atendimento aos alunos por oito horas. A outra questão, diz respeito ao espaço físico, porque isso implica em mudar a concepção de escola ou de construções escolares que nós temos hoje, ou de ser capaz de desenvolver um processo de interação que recorra a outros equipamentos sociais existentes no bairro e que sejam capazes de abrigar um projeto pedagógico de formação integral. No que diz respeito aos professores, acho que há necessidade de se repensar o currículo escolar, isso implica também em mudanças de concepções. Uma das questões que emerge muito rapidamente, é a questão da hierarquia dos conhecimentos, porque na escola atual já existe um pouco de uma cultura que tende a indicar que determinados conteúdos são mais importantes que outros e, portanto, a escola deveria privilegiá-los em relação aos demais. E numa concepção de formação integral isso não tem sentido. Portanto, seria necessário pensar um projeto formativo e não um projeto que coloque as diferentes disciplinas em concorrência entre si. E, portanto, acho que tem uma dimensão de transformação objetiva de garantia de condições materiais, de sustentabilidade, de garantia de funcionamento da escola em período integral e de outro mais subjetiva, que implicaria na formação dos professores, na cultura escolar e que, obviamente, são desafios mais amplos e mais complexos.

Em 2014, o MEC criou o programa Mais Educação com pagamento de educadores de fora da escola para completar a jornada escolar. Qual é sua avaliação sobre tal programa?

Prof. Romualdo: O programa Mais Educação é um projeto interessante na medida em que ele viabiliza a ampliação da jornada, particularmente naqueles locais em que não há possibilidade de ampliação da jornada no interior de uma única escola, no interior de uma única unidade escolar. E, portanto, há a necessidade de se recorrer a instituições conveniadas, ou outros equipamentos públicos, que possam colaborar com a escola na perspectiva de ampliação da jornada e de buscar uma formação integral. É claro que isso fica mais difícil quando você tem a jornada bipartida, quer dizer, um período acontece numa instituição e outro em outra. De todo modo, no contexto de sua aprovação, ele foi um projeto interessante. Colocou na ordem do dia a perspectiva de formação em tempo integral e, portanto, evidenciou os desafios que são necessários serem vencidos para que isso se viabilize.

É possível uma escola realizar um bom projeto de educação integral em tempo parcial?

Prof. Romualdo: Eu não acredito que seja possível ter um bom projeto de formação integral na escola de tempo parcial. Nós temos diagnósticos de que o tempo atualmente disponibilizado na escola de formação parcial é insuficiente, inclusive para realizar os objetivos a que a escola de tempo parcial se propõe, que tem o viés formal, marcadamente conteudista. E, obviamente, sem a gente ampliar o tempo de trabalho escolar, não seria possível você buscar a perspectiva de formação integral. Então, me parece bem tranquilo responder a essa questão, ou seja, para que seja realizada a política de educação integral precisa da ampliação da jornada de trabalho escolar.

Como você avalia a proposta de fechamento de 200 escolas da rede estadual de São Paulo [Brasil], quando uma de suas políticas iniciadas, ainda em 2007, era de ampliar a jornada escolar? Ao invés de fechar, o governo não teria que ampliá-las?

Prof. Romualdo: Acho que não é uma discussão que diz respeito à educação integral. Porque a educação integral pressupõe a mudança dos espaços escolares e, portanto, mesmo que eu fizesse uma parte dessa ampliação nas atuais escolas, eu teria que buscar outros equipamentos que sejam capazes de abrigar as demandas inerentes a ideia de formação integral. Significa que você precisaria ter uma escola com outra conformação física, e se não é possível que isso aconteça em uma unidade escolar, você deveria buscar diferentes unidades para garantir isso. Enquanto que a questão do fechamento de escolas, tem mais a ver com uma discussão em torno

da demanda e da eventual diminuição da demanda em algumas regiões da cidade. Portanto, me parece que é um outro debate.

Com a EC 95/2016 sabemos que os recursos para a educação e saúde estão congelados e que a meta dos 10% do PIB para a educação (meta 20/PNE) não será atingida. Como conciliar educação integral, qualidade de ensino, condições de trabalho e financiamento da educação?

Prof. Romualdo: A PEC³ do teto dos gastos é um desastre para toda a educação. Na verdade, ela estabelece que nós não só não teremos ampliação do gasto e, portanto, ela enterra a perspectiva de que nós chegaríamos ao fim de dez anos a aplicar em educação o equivalente a 10% do PIB, como é possível prever que, com ela, nós vamos ter uma diminuição do gasto real em educação; portanto, ela é uma medida danosa para o conjunto da educação brasileira, e não só para a educação integral; mas, certamente, para a educação integral ela traz prejuízos evidentes. Porque a educação integral, ela implica em novas despesas, em novos tipos de equipamentos e, portanto, implica em termos gastos em curto prazo. Como ela inviabiliza o aumento de gastos, ela é completamente danosa para a política da educação integral.

Referências

OLIVEIRA, R. P. Direito à educação e federalismo no Brasil. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 6, n. 10, p. 39-47, jan./jun. 2012.

OLIVEIRA, R. P.; ARAULO, G. C. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 5-23, 2005.

OLIVEIRA, R. P.; CATAN, A. M. **Constituições estaduais brasileiras e educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

Recebido em: 10/05/2017

Aprovado para publicação em: 15/12/2017

Publicado em: 23/12/2017

³ Projeto de Emenda Constitucional.